

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
CNPJ nº 76.483.817/0001-20
COMPANHIA ABERTA
Registro na CVM nº 1431-1

**ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19.03.2013**

Aos dezenove dias de março de dois mil e treze, às quatorze horas e trinta minutos, na sede da Companhia, na Rua Coronel Dulcídio 800 - 10º andar, Curitiba - PR, reuniram-se os membros do Conselho de Administração (CAD) que ao final assinam. Abrindo os trabalhos, o Sr. Mauricio Schulman, Presidente do CAD, cumprimentou os presentes e agradeceu as presenças dos Srs. Lindolfo Zimmer, Diretor Presidente da Copel e Secretário Executivo do Conselho de Administração, Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Diretor de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações, Jorge Andriguetto Junior, Diretor de Engenharia e Diretor Jurídico em exercício, Joaquim Antonio Guimarães de Oliveira Portes, Presidente do Conselho Fiscal da Companhia, do Cons. Carlos Homero Giacomini, Presidente do Comitê de Auditoria, além dos representantes da KPMG Auditores Independentes, Srs. José Luiz Ribeiro de Carvalho e João Panceri e Sra. Andressa Oliveira. Na sequência, o Sr. Presidente informou que a reunião havia sido convocada para que o Colegiado deliberasse sobre os seguintes assuntos da ordem do dia: **1. Análise do Relatório Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2012; 2. Análise e aprovação do Relatório Anual do Comitê de Auditoria - 2012; 3. Constituição da Paranaíba Transmissora de Energia S.A.; 4. Análise e aprovação da Política de Governança Corporativa; e 5. Outros assuntos de interesse do CAD/Companhia.** Inicialmente, quanto ao item 1 da pauta – **Análise do Relatório Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2012**, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, o qual após breve introdução, passou a palavra ao Sr. Adriano Fedalto, Superintendente Contábil, que apresentou os dados relativos ao Balanço Patrimonial e às demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2012, comparando 2011 com 2012, ressaltando os dados sobre Caixa e Equivalentes de Caixa; a abertura dos grupos do Ativo Circulante e Ativo Não-Circulante, Passivo e Passivo Não-Circulante, Patrimônio Líquido, Receitas e Despesas Operacionais e Resultado Financeiro, detalhando a análise das contas ao Colegiado. Agradecendo a apresentação, o Sr. Presidente em seguida consultou os representantes da auditoria independente da Companhia - KPMG Auditores Independentes –, Srs. José Luiz Ribeiro de Carvalho e João Panceri, e Sra. Andressa Oliveira, os quais afirmaram que as demonstrações financeiras estão de acordo com a técnica contábil pertinente e que as mesmas refletem com propriedade a situação da Copel e controladas, não havendo, portanto, ressalvas no parecer da Auditoria Independente. Registrado que o Comitê de Auditoria, em reunião realizada nesta data, pela manhã, examinou documentação pertinente e, considerando as informações prestadas e o contido no parecer da Auditoria Independente, concluiu que as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 apresentam adequadamente a posição financeira e patrimonial da Copel e recomendou ao Conselho de Administração sua aprovação. Em seguida, o Sr. Presidente deixou a palavra aberta aos Conselheiros que, após análise das informações apresentadas, passaram a examinar a “Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2012”, que tem o seguinte teor: **PROPOSTA DA DIRETORIA PARA A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2012 E PARA PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÃO REFERENTE À INTEGRAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO E INCENTIVO À PRODUTIVIDADE** – *Senhor Presidente do Conselho de Administração: Em cumprimento às disposições legais vigentes, vimos apresentar a esse Conselho, a fim de serem levadas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária, as seguintes proposições: 1. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO: Do lucro líquido do exercício de*

2012, apurado de acordo com a legislação societária, na importância de **R\$ 700.688.167,34** (setecentos milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, cento e sessenta e sete reais e trinta e quatro centavos), a Diretoria propõe as seguintes destinações: **a) R\$ 35.034.408,37** (trinta e cinco milhões, trinta e quatro mil, quatrocentos e oito reais e trinta e sete centavos), equivalentes a 5% do lucro líquido, para constituição da Reserva Legal, conforme o artigo 40, inciso II, do Estatuto Social; **b) R\$ 138.072.000,00** (cento e trinta e oito milhões e setenta e dois mil reais) para pagamento de juros sobre o capital próprio, em substituição parcial aos dividendos mínimos obrigatórios, em conformidade com o disposto nos artigos 192 e 202 da Lei n.º 6.404/1976, no artigo 9º e seu parágrafo 7º, da Lei 9.249, de 26.12.1995 e no artigo 6º e seus parágrafos do Estatuto Social, os quais já foram declarados e pagos antecipadamente em 15.01.2013, conforme proposição efetuada na 2.028ª Reunião de Diretoria de 17.12.2012, referendada pela 139ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 19.12.2012; **c) R\$ 130.482.291,29** (cento e trinta milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, duzentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos) para complementação do valor dos dividendos mínimos obrigatórios, em conformidade com o disposto nos artigos 192 e 202 da Lei n.º 6.404/1976, no artigo 9º e seu parágrafo 7º, da Lei 9.249, de 26.12.1995 e no artigo 6º e seus parágrafos do Estatuto Social, bem como para pagamento de dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios. Conforme as disposições legais e estatutárias acima citadas, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal. Contudo, a citada base de cálculo é acrescida da realização dos ajustes de avaliação patrimonial, de que trata o item 28 do ICPC nº 10, de forma a anular os efeitos causados ao resultado pelo aumento da despesa com depreciação, decorrentes da adoção das novas normas contábeis por ele estabelecidas, bem como pelo Pronunciamento Contábil CPC nº 27 – Ativo Imobilizado –, cujo montante em 2012, líquido de imposto de renda e contribuição social, foi de **R\$ 101.644.216,14** (cento e um milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, duzentos e dezesseis reais e quatorze centavos). Este procedimento reflete a política de remuneração aos acionistas da Companhia, proposta pela 1943ª Reunião de Diretoria, de 21.03.2011, referendada pela 132ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, de 23.03.2011, e aprovada pela 56ª Assembleia Geral Ordinária, de 28.04.2011. Portanto, tal política será praticada durante a realização de toda a reserva de ajustes de avaliação patrimonial. Conforme disposto nos itens 10, 11 e 24 do ICPC nº 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos –, combinados com o inciso III da Deliberação CVM nº 683, de 30.08.2012, a parcela dos dividendos ora propostos, excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$ 64.473.676,89 (sessenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e três mil, seiscentos e setenta e seis reais e oitenta e nove centavos) será mantida em reserva no patrimônio líquido da Companhia, na rubrica “Dividendo adicional proposto”, até a deliberação da presente proposta por ocasião da 58ª Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, ato contínuo será transferida para rubrica específica do passivo circulante; **d) R\$ 498.743.683,82** (quatrocentos e noventa e oito milhões, setecentos e quarenta e três mil, seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos), correspondentes ao remanescente do lucro líquido do exercício acrescido da realização da reserva de avaliação patrimonial, como Reserva de Retenção de Lucros, com a finalidade de assegurar o programa de investimentos da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 196 da Lei n.º 6.404/1976. O valor da constituição da reserva de retenção de lucros corresponde à soma do saldo remanescente do lucro líquido do exercício (após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos) com o acréscimo à conta de lucros acumulados oriundo da realização dos ajustes de avaliação patrimonial verificada no exercício de 2012, de que trata o item 28 do ICPC nº 10, no valor de R\$ 101.644.216,14 (cento e um milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, duzentos e dezesseis reais e quatorze centavos). Segue demonstrativo das destinações ora propostas: Realização dos ajustes de avaliação patrimonial R\$ 101.644.216,14; Lucro líquido do exercício R\$ 700.688.167,34; Reserva legal (5%) R\$ (35.034.408,37); Juros sobre o capital próprio R\$ (138.072.000,00); Dividendos R\$ (130.482.291,29); Reserva de retenção de lucros para investimentos R\$ (498.743.683,82). **I.1. PARTICIPAÇÃO REFERENTE À INTEGRAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO E INCENTIVO À PRODUTIVIDADE: A Lei Federal n.º**

10.101, de 19.12.2000, bem como a Lei Estadual nº 16560/2010 e o Decreto Estadual nº 1978/2007 regulamentam a participação dos trabalhadores nos lucros da Companhia, como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do artigo 7º, inciso XI, da Constituição da República. Em cumprimento à citada legislação, a Diretoria propõe a distribuição, a título de participação nos lucros e resultados, de R\$ 28.446.605,14 (vinte e oito milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e cinco reais e quatorze centavos) a serem pagos aos empregados pelas Subsidiárias Integrais. Tal valor está provisionado nas Demonstrações Financeiras na rubrica Despesas com Pessoal, de acordo com o item 26.2 do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 1, de 14.02.2007. Somos de parecer que as proposições acima atendem às disposições legais e estatutárias vigentes e aos interesses da Companhia e, por esse motivo, merecerão o pleno acolhimento desse Conselho e da Assembleia Geral. Curitiba, 18 de março de 2013. **LINDOLFO ZIMMER** - Diretor Presidente; **YÁRA CHRISTINA EISENBACH** - Diretora de Gestão Corporativa; **LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI** - Diretor de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações; **PEDRO AUGUSTO DO NASCIMENTO NETO** - Diretor de Distribuição; **JORGE ANDRIGUETTO JUNIOR** - Diretor de Engenharia e Diretor Jurídico em exercício; **JAIME DE OLIVEIRA KUHN** - Diretor de Geração e Transmissão de Energia e de Telecomunicações; **JONEL NAZARENO IURK** - Diretor de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial; **HENRIQUE JOSÉ TERNES NETO** - Diretor de Novas Energias. Após prestados os esclarecimentos julgados necessários, o Colegiado aprovou a) o Relatório Anual da Administração 2012, o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2012; e a Proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido verificado no exercício de 2012 e para pagamento de participação referente à integração entre capital e trabalho e incentivo à produtividade; e b) a submissão desses documentos ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral de Acionistas, cuja convocação foi autorizada para 25.04.2013. Adicionalmente, em cumprimento à Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002, o Sr. Adriano Fedalto, Superintendente Contábil, informou que a Diretoria aprovou, e ora submetia ao Conselho de Administração, a expectativa de geração de base de cálculo positiva, em montante suficiente para realização dos créditos fiscais contabilizados pela Companhia, cujos estudos indicam parcelas anuais de realização estimadas nos montantes a seguir transcritos (em milhares de reais): 2013 – R\$ 161.612; 2014 – (R\$ 44.396); 2015 – (R\$ 27.158); 2016 - R\$ 25.599; 2017 – (R\$ 5.499); 2018 a 2020 – (R\$ 47.373); 2021 a 2023 – (R\$ 100.993); após 2023 – R\$ 70.088. Estas realizações já contemplam a realização do Regime Tributário Transitório - RTT, instituído pela Lei 11.941, de 27.05.2009. Considerando as premissas adotadas, o Colegiado deliberou aprovar, por unanimidade, os estudos apresentados, conforme referidos na nota explicativa número 13.2 das demonstrações financeiras. Na sequência, abordando o **item 2. – Análise e aprovação do Relatório Anual do Comitê de Auditoria - 2012**, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Carlos Homero Giacomini, Presidente do Comitê de Auditoria, que informou que a atuação do Comitê de Auditoria no ano de 2012 foi focada **i.** na avaliação dos sistemas de controles internos e administração de riscos; e **ii.** na análise dos trabalhos da Auditoria Externa - KPMG Auditores Independentes, que atendeu a Companhia em 2012 quanto aos seus resultados e às demonstrações contábeis e relatórios financeiros; análise dos aspectos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas; no exame das práticas relevantes utilizadas pela Copel na elaboração das demonstrações contábeis; e na análise e acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Interna, com a finalidade de aperfeiçoamento de seu desempenho. No exercício de suas atividades regulamentares, dentre outras, destacaram-se: **a)** Planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente - KPMG para 2012; **b)** Contratação de serviços que possam ser prestados por empresas de auditoria independente que estejam auditando as demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; **c)** Acompanhamento dos trabalhos do Comitê de Riscos de julho a dezembro/2011; **d)** Acompanhamento e supervisão dos trabalhos da Auditoria Interna da Copel de setembro a dezembro/2011; **e)** Acompanhamento dos trabalhos do Canal de Comunicação Confidencial de outubro a dezembro/2011; **f)** Autoavaliação do Comitê de Auditoria de 2011; **g)** Evolução do orçamento da Companhia; **h)** Análise e deliberação sobre o relatório da administração 2011,

balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2011; **i)** Proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido verificado no exercício de 2011 e para pagamento de participação referente à integração entre o capital e o trabalho e incentivo à produtividade; **j)** Análise e aprovação do relatório anual das atividades do Comitê de Auditoria 2011; **k)** Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna – planejamento anual 2012; **l)** Calendário de reuniões do Comitê de Auditoria, conjuntas com o Conselho Fiscal, para 2012; **m)** Análise e aprovação do Relatório 20-F – 2011/2012; **n)** Revisão das políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados pela Copel na elaboração das demonstrações contábeis e financeiras; **o)** Revisão dos métodos alternativos de tratamento contábil relativos a informações contábeis e financeiras; **p)** Acompanhamento dos trabalhos do Comitê de Riscos; **q)** Aprovação das Demonstrações Financeiras - ITR 1º trimestre 2012; **r)** Apresentação da evolução do orçamento da Companhia; **s)** Verificação do atestado de independência da auditoria externa; **t)** Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna; **u)** Acompanhamento do Canal de Comunicação Confidencial; **v)** Acompanhamento dos trabalhos e verificação das recomendações feitas pela Auditoria Interna da Copel; **w)** Apresentação da carta comentário da KPMG Auditores Independentes; **x)** Revisão das Demonstrações Financeiras da Companhia 2º trimestre/2012; **y)** Análise e aprovação do relatório semestral do Comitê de Auditoria; **z)** Apresentação das Demonstrações Contábeis - ITRs do 3º trimestre de 2012; aa) Calendários de reuniões do Comitê de Auditoria em 2013; bb) Medida Provisória 579/2012: análise do Comitê de Riscos; cc) Participações societárias da Copel: informações sobre a gestão organizacional de empresas controladas e coligadas; e dd) Autoavaliação do Comitê de Auditoria de 2012. Na apreciação do Comitê, a forma e as ações adotadas para monitorar os sistemas de controles internos e a administração de riscos, em seus aspectos relevantes, estão bem estabelecidos e adequadamente direcionados, não tendo sido detectadas exceções relevantes que possam impactar a efetividade dos sistemas, apenas exceções de menor relevância, as quais foram tratadas e monitoradas no exercício de 2012. Com base nos exames e nas informações fornecidas pela KPMG Auditores Independentes, o Comitê atesta a objetividade e a independência dos Auditores Externos, uma vez que não identificou situações que pudessem afetá-las e avalia como adequadas as estruturas da Auditoria Interna da Companhia, assim como a qualidade de seu corpo técnico e gerencial e os resultados apresentados por seus trabalhos. Adicionalmente, não houve o registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Empresa que apontasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da Copel ou a credibilidade de suas demonstrações contábeis e financeiras. Considerando os sistemas de controles internos existentes, a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pelos auditores independentes, assim como seu respectivo parecer, o Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 apresentam adequadamente a posição financeira e patrimonial da Companhia Paranaense de Energia - Copel em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, à legislação societária brasileira, às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às normas editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, estando, portanto, em condições de ser submetido a este Conselho de Administração, para aprovação. Após análise, o Conselho de Administração aprovou o relatório de atividades do Comitê de Auditoria relativo ao exercício de 2012. A seguir, relativamente ao **item 3. Constituição da Paranaíba Transmissora de Energia S.A.**, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Jorge Andriquetto Junior, Diretor de Engenharia da Copel, que informou que fora aprovada pela Diretoria a participação na Sociedade de Propósito Específico - SPE Paranaíba Transmissora de Energia S.A. – formada por Copel Geração e Transmissão S.A., Furnas Centrais Elétricas S.A. e State Grid Brazil Holding S.A. –, em cumprimento às exigências definidas no edital do leilão de transmissão 007/2012-Aneel, após obtenção, pela Companhia, do lote G do certame (LT Barreiras II – Rio das Éguas, em 500 kV, LT Rio das Éguas – Luziânia, em 500 kV, e LT Luziânia – Pirapora 2, em 500 kV). Após apreciação da matéria, o Conselho de Administração aprovou e referendou a participação na SPE em questão. Dando continuidade,

para tratar do **item 4 – Análise e aprovação da Política de Governança Corporativa**, o Sr. Presidente passou a palavra à Sra. Denise Teixeira Gomes, Superintendente da Secretaria de Governança Corporativa, que informou sobre a aprovação, *ad referendum* do Conselho de Administração, na 2037ª Reunião de Diretoria, de 04.03.2013, da Norma Política Copel - NPC 0308 – Política de Governança Corporativa, a qual visa estabelecer o padrão e as melhores práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia Paranaense de Energia - Copel e suas subsidiárias integrais. A Sra. Denise registrou que tal Política de Governança Corporativa ao fazer remissões ao Estatuto Social da Companhia, aos Regimentos Internos do Conselho de Administração e dos demais órgãos estatutários, ao Comitê de Auditoria, ao Código de Conduta e a outros regulamentos internos da Copel, reflete e consolida as estruturas existentes para a proteção dos interesses dos acionistas e do mercado, balizadoras da gestão da Companhia, por meio de mecanismos que conferem maiores visibilidade e transparência ao processo decisório. Após análise, o Conselho de Administração referendou a formalização da NPC 0308 – Política de Governança Corporativa da Copel. Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente apresentou votos de louvor pela relevante participação do Sr. Conselheiro Nilton Camargo Costa como membro do Conselho de Administração representante dos empregados da Companhia. O Sr. Nilton agradeceu a manifestação de apreço apresentada pelo Sr. Presidente em nome de todo o Colegiado e registrou, com grande emoção, a boa acolhida recebida, durante seu mandato, por todos os Conselheiros de Administração e pela Diretoria Reunida, o que muito contribuiu para sua participação como conselheiro representante dos empregados naquele Colegiado. Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrados os trabalhos.-----

MAURICIO SCHULMAN
Presidente

LINDOLFO ZIMMER
Secretário Executivo

JOAQUIM ANTÔNIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES
Presidente do Conselho Fiscal

CARLOS HOMERO GIACOMINI

FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JOSÉ RICHA FILHO

NEY AMILTON CALDAS FERREIRA

NILTON CAMARGO COSTA

PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR

PEDRO LUIZ CERIZE